

Fundação Calouste Gulbenkian
Programa *Próximo Futuro*
Workshop “Respostas à Crise”
12 e 13 Novembro 2009.

A crise é a vida normal. A antropologia face à Crise

CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia
(FCSH-UNL, ISCTE-IUL, FCT-UC, UM)
(Contribuições de: Lorenzo Bordonaro, Micol Brazzabeni, Maria Carneira da
Silva, José Manuel Cavaleiro, Jean-Yves Durand, João Leal, José Mapril, Emília
Margarida Marques, Humberto Martins, Chiara Pussetti, Marta Rosales, Cristina
Santinho, Miguel Vale de Almeida)

Resumo

Nos debates sobre a Crise, o argumento político e económico dissolve-se frequentemente no argumento moral. Simultaneamente, a antropologia tem-se confrontado com o que parece ser um novo terreno, 'a globalização', abordada ora de um modo mais celebratório ora de um modo mais crítico. Neste texto defendemos que se deve pensar etnograficamente: *ver os sujeitos onde eles estão de facto e não onde eles supostamente deveriam estar*. Também em relação à Crise devemos *ver como os sujeitos estão de facto e não como eles deveriam estar*. Distinguímos entre crise-processo e crise-evento abordando casos do que chamámos 'gentes críticas' (o migrante, o refugiado, o asilado, os que ficam, os ciganos, os pobres, os trabalhadores/consumidores, entre outros). No momento da Crise declarada, só as etnografias permitem iluminar o modo como ela afecta ou não as pessoas de modos substancialmente novos e diversos. A declaração da Crise obscurece as crises, as suas razões e expressões quotidianas e personalizadas. Para a 'gente crítica' a crise é a *vida normal*.

Vejo quase diariamente, certamente semanalmente, homens aglomerados em carrinhas quase sempre brancas. Quase sempre também param naquela estação de serviço perto de Mirandela, no famigerado IP4. Parece, às vezes, interminável o número de homens que saem daquelas carrinhas VITO Mercedes, ou serão OPEL? Também, quase sempre, vejo-os passar por mim ‘a abrir’; quase sempre vão para Espanha... vão e vêm, depois, ao fim-de-semana. Hoje parece que são menos pessoas que passam. Parece que ficam para trás; não importa a direcção; curiosamente, nesta geografia da viagem e das partidas e chegadas, parece mesmo que não importa a direcção. Importa que os vejo menos. Será bom? Será mau? Será a crise? Vejo-os ir e vir. Vejo-me ir e vir.

Aproximação: o apocalipse, o milénio

Numa altura de presságios funestos, pandemias recorrentes, catástrofes naturais iminentes, epifania de novos salvadores do mundo, o discurso da ‘crise mundial’ parece adquirir a característica de *mainframe* narrativo apocalíptico e milenarista na percepção da história recente. Apocalipticismo e milenarismo entrelaçam-se e sobrepõem-se nos debates actuais, revelando uma sensibilidade histórica marcada pela possibilidade de catástrofes iminentes, mas também de redenção cósmica, transformação espiritual, e inauguração de uma nova ordem mundial. As dificuldades dos mercados são apresentadas como sintomas de erros morais que apelam para uma nova justiça e uma revolução espiritual. Há dez anos, numa época em que a comunidade internacional enunciava os Objectivos do Milénio, os antropólogos Jean e John Comaroff apontavam para «... the distinctly pragmatic qualities of the messianic, millennial capitalism of the moment: a capitalism that presents itself as a gospel of salvation; a capitalism that, if rightly harnessed, is invested with the capacity wholly to transform the universe of the marginalized and disempowered» (2000: 292). Este argumento poderia agora ser invertido, apontando para as características milenaristas da ‘crise do capitalismo’. Nos debates sobre a Crise, o argumento político e económico dissolve-se frequentemente no argumento moral: várias autoridades têm afirmado ser a ‘crise económica’ consequência de uma ‘crise moral’. Uma ‘punição’ por se ter ignorado os imperativos morais que deveriam regular as nossas acções, um sinal da violação das normas naturais e éticas¹. A

¹ De facto, autoridades religiosas têm intervindo em primeira linha nos debates sobre a crise. O patriarca de Veneza apontou recentemente, no mais vendido quotidiano económico italiano, para a questão moral que está por trás da crise, apelando aos governantes para a construção *par le bas* de ligações entre as pessoas ‘boas’ e ‘justas’. O papa Bento XVI afirmou que «aqueles que constroem sobre as coisas visíveis que se podem tocar como o sucesso, a carreira ou o dinheiro, constroem sobre a areia», adiantando que «vemos agora com o desmoronamento dos grandes bancos que este dinheiro desaparece, que não é nada, trata-se de realidades de segunda ordem» e que «apenas a Palavra (de Deus) é sólida, e a verdadeira realidade sobre a qual é necessário fundar a nossa própria vida». O Dalai Lama declarou, também recentemente, que o

crítica à gestão da economia política pelas sociedades industriais avançadas desaparece em favor de uma escatologia de matriz religiosa que aponta para as características negativas do ser humano como causa primária da distribuição desigual do poder.

A antropologia face ao terreno da Crise

A antropologia confrontou-se nas duas últimas décadas com um ‘terreno’, aparentemente novo, um novo espaço-tempo, comumente designado como ‘globalização’. Na sua abordagem dois modos de aproximação podem ser identificados: um tendencialmente celebratório e um tendencialmente crítico. Por um lado, fenómenos como a hibridização, a agência localizada ou global, são vistos como fontes de igualdade entre grupos; por outro, a atenção ao etnocídio, às culturas cercadas ou sitiadas, às desigualdades sociais, são apontados. O mesmo se aplica a um fenómeno correlato da globalização, o da transnacionalidade. Neste campo, parecem negligenciar-se questões como a dos terrenos que se encontram fora da transnacionalidade, os interiores degradados das cidades, os bairros de lata, ou até questões como o direito à ‘assimilação’. Neste processo os antropólogos parecem perder a sua capacidade de dar conta das práticas e sentidos das pessoas na vida social, práticas e sentidos esses a que o antropólogo acede através de processos marcados pela intersubjectividade. Devemos sim pensar etnograficamente: *ver os sujeitos onde eles estão de facto e não onde eles supostamente deveriam estar*. O discurso do transnacionalismo, pode servir como discurso de classe que segmenta redes de relações sociais, assim como a globalização pode funcionar como sistema de produção de sujeitos ilegais, no limbo da cidadania, como é o caso de alguns grupos de imigrantes em Portugal. A Crise que se nos apresenta nos discursos mediáticos e políticos não será talvez ‘mais uma crise’, própria da ciclicidade do sistema político-económico capitalista ou das formas cíclicas e contracíclicas como a modernidade é percebida e vivida. Trata-se de uma crise que dá conta dos processos mais específicos de financeirização do capital, de crescente virtualidade, de afastamento do Estado da gestão da coisa pública, das representações colectivas, e da interconectividade acrescida dos processos económicos, políticos e culturais. É uma crise que se aproxima simbolicamente de ideias também contemporâneas sobre Pandemia.² Em certa medida a Crise confirma as crises

desmoronamento económico global é o resultado de uma crise moral, que tem sido suscitada pela ganância e a corrupção: «as pessoas se tornaram egoístas e materialistas, e isso tem levado ao abrandamento da economia». Alguns economistas, mas também *ulema* e *xeiqhs* muçulmanos parecem levar ainda mais longe essa moralização da Crise: colando-se ao *mainframe* salvífico universal, convertem-no em crítica civilizacional, ao mesmo tempo que propõe o «sistema financeiro islâmico» como alternativa. Artefactos jurídicos ‘civilizacionais’ como a proibição do *riba* (juros) e do *maizir* (actividades especulativas comparáveis ao jogo), entendidos como os principais responsáveis pela crise financeira mundial, oferecem garantias e oportunidades para a implementação de um sistema mais preocupado com a justiça e responsabilidade social. A Crise aparece aqui moralizada (de acordo com uma moral que parece universal: justiça social para a humanidade) mas ao mesmo tempo culturalizada (o Islão fornece melhores artefactos civilizacionais/ jurídicos para a sua prossecução). Em casos mais radicais, a Crise serve de argumento e oportunidade para propostas fundamentalistas do Islão como novo universalismo.

² É, e passe o exagero, a sida, a gripe aviária, a gripe suína, do mundo globalizado do triunfo da modernidade capitalista. A Crise deve ser, relacionada com a sua cronicidade e podem ser estabelecidas

anunciadas, cumprindo assim um papel legitimador de certas políticas e um papel confirmador da necessidade das mesmas.

Pense-se nas práticas de deslocalização produtiva, de *lay-off*, de transferência de custos para o Estado, nas oportunidades de negócio caracterizadas pelas noções de discount ou de *low-cost*. Trata-se de estratégias económicas que provavelmente não seriam possíveis sem um ambiente discursivo e simbólico apropriado. Processos desta dimensão e escala podem ou não ser percebidos ao nível dos quotidianos e serem acessíveis pela intersubjectividade etnográfica? Paralelamente, a crise pode ser vista como crise constante (Vigh 2008), ou seja, como um processo e não como um evento. Esta perspectiva advém da vivência antropológica em contextos comumente designados como de terceiro mundo, onde a saliência de uma Crise com C maiúsculo poderá constituir um objecto exótico. Os mais desprivilegiados certamente não deixam de sofrer mais com as crises-evento. No caso específico de populações e grupos marginalizados, como os refugiados, a Crise pode ser conceptualizada como um lugar de onde não se regressa nunca, mas que todavia permite a recriação nas margens, após a vivência de crises biográficas mais traumáticas do que qualquer crise estrutural anunciada. Paralela à crise-processo de alguns contextos terceiro-mundistas, às margens da globalização constituídas pelas migrações, pelo asilo e o refúgio, ou ainda à ‘nova pobreza’ resultante da Crise, a pobreza persiste nos países do primeiro mundo. Se há os que conhecem a pobreza pela primeira vez na sequência do desemprego, bem como os que vêm expectativas de mobilidade social ascendente goradas pela situação, há os que vivem em crise atemporal e persistente, para lá da conjuntura, e que foram arrastados pela passagem do fordismo para as economias ditas avançadas, pela nova divisão internacional do trabalho, pela indústria do conhecimento. Segundo Wacquant (2007:168-170) até aqui a pobreza no Ocidente era circunscrita e combatível. Agora é mais reproduzível, desligada dos ciclos económicos e segregada, constituindo uma ‘marginalidade avançada’ mais do que a tão falada ‘nova pobreza’. Processos de concentração e de estigmatização destas realidades parecem contradizer a fluidez dos modelos simbólicos associados quer à globalização, quer à transnacionalidade. O Bairro, por exemplo, tornou-se no lugar ideológico e simbólico desta nova etapa, juntando mecanismos de governo e de representação em que participam técnicos, forças de segurança, media, movimentos identitários com base nas migrações, pobreza velhas e novas.

analogias com áreas aparentemente distantes, como a vacinação. Por exemplo, a intenção de resolver o problema do cancro do colo do útero espoletou, ela mesma, uma crise. A saúde é aliás uma área em que a indefinição do limite entre crise e cronicidade é particularmente evidente. As doenças são geralmente vistas como estados de crise, seja quando afectam indivíduos ou, no caso de epidemias, populações inteiras. E as instituições tendem, de facto, a lhes dar respostas que salientam o carácter excepcional de momentos anormais. É frequente estas respostas serem potencialmente contraditórias com direitos fundamentais ou, pelo menos, limitarem a autonomia e o livre arbítrio individual: definem normas e exigências tão excepcionais como o são (supostamente) as situações que pretendem resolver, impõem práticas que podem ser contestadas no que diz respeito ao seu princípio ou à forma da sua implementação (como a vacinação em massa). Em França, um inquérito governamental acaba de mostrar que, no fim da fase de verão da pandemia, mais ou menos metade dos profissionais de saúde recusavam para eles próprios a vacina contra o H1N1 que eram supostos aplicar à população do país. No que diz respeito à vacina contra o HPV, é a própria tentativa de resolver por via da biotécnica imunitária um problema de saúde com uma incidência relativamente reduzida, e portanto até então desconhecido do grande público, que espoleta uma crise. A Crise pode ser tomada, neste caso, como um indicador parcial do grau de participação cidadã e do envolvimento público na ciência.

Ver a partir de onde as pessoas estão e não a partir de onde deviam estar é, pois, um mote para uma etnografia e uma antropologia mais crítica em relação à simples e simplista dicotomia que parece ter-se estabelecido entre modos celebratórios de ver o capitalismo e a modernidade globais contemporâneos, e o modo crítico baseado na transposição para a escala global de velhos pressupostos da economia política aplicáveis às economias nacionais e às relações entre os estados.

A mesma postura pode ser aplicada à ideia de Crise, à distinção entre crise-processo e crise-evento ou entre contextos onde a crise é sempre evento e outros onde pode ser percebida enquanto permanência. Mas é também fulcral ‘voltar a ver’: os aparentemente mesmos espaços e mesmas comunidades e mesmas pessoas reconfiguram-se face à fase da globalização e à Crise. Se para vastos segmentos da população mundial a vida sempre foi estado de crise, a nova economia-política em que vivemos apela à observação de pessoas e grupos cujas condições de vida são elas mesmas específicas dos processos das crises e da Crise do sistema: pobreza permanentes, pobreza emergentes, velhos e novos migrantes, intervencionados, refugiados e exilados, recuperadores de tradições, segregados, ‘contaminados’ e ‘perturbados’. *A crise é a vida normal*, não como platitudes ou afirmação do carácter crítico da experiência humana. A crise é a vida normal no sentido em que, antes e depois da declaração da Crise, se criaram fricções próprias desta contemporaneidade e em que, uma vez mais, as margens iluminam o centro (Pina Cabral 1996).

Gente crítica: o migrante, o refugiado, o asilado.

Para vastos segmentos da população mundial a crise não é algo passageiro mas sim uma condição de vida e, como tal, os anseios, desejos e estratégias passam por ‘tentar a sorte’ noutros locais. Por exemplo, os jovens de classes intermédias, urbanizados e com elevados níveis de instrução, no Bangladesh, procuram no *bidesh* (bengali para ‘estrangeiro’) o nível de vida, os rendimentos e as oportunidades que não conseguem aceder permanecendo no país. Sendo estes segmentos os que mais sofrem com as taxas de desemprego, uma das soluções passa por emigrar. Este processo é apoiado pelo próprio Estado, através de programas de incentivo à emigração – acordos bilaterais para recrutamento de mão-de-obra para vários países – que são vistos por muitos dos actores como uma possível solução para o Bangladesh. As remessas são encaradas como fontes de riqueza e divisas externas indispensáveis à ‘modernização’ da sociedade. Entre algumas forças políticas a emigração é mesmo equiparada à juta – a principal fonte de riqueza do país até ao final dos anos setenta. Aliás, um olhar histórico sobre a relação entre migrações e crises económicas mostra como assim foi no passado e, obviamente, serve de indicador de como poderá estar a ser no presente. Veja-se o processo descrito por James Ferguson (1999, 2006) em que a crise mundial do cobre transformou a Zâmbia de uma nação com perspectivas de um futuro próspero, onde a riqueza e a ‘modernidade’ supostamente chegaria a todos, numa nação falida e na qual a incerteza se instalou como condição quotidiana.

É frequente pensar-se que os novos imigrantes representam o sector mais afectado pela Crise – em comparação com os trabalhadores autóctones dos países de acolhimento

– sendo geralmente mais novos, não qualificados, muitas vezes ilegais e empregues nos sectores mais afectados, como a construção civil e a indústria manufactureira. Acresce que a maior parte dos imigrantes indocumentados não pode recorrer a apoios legais, e na melhor das hipóteses, podem contar somente com o apoio precário e pontual das redes humanitárias e assistencialistas. Geralmente é encarado como uma responsabilidade social, um peso, o vulnerável, o carente, o coitado – raramente como um recurso económico. É no seu ‘não estar’ que reside a ‘culpa’ originária do imigrante: é culpado de uma transgressão latente, da violação de uma fronteira, da permanência num país sem permissão, da ocupação abusiva de lugares de trabalho, de concorrência desleal, assim como do consumo de recursos e serviços aos quais somente os autóctones deveriam ter direito. A actual crise coincidiu com uma proliferação de campanhas anti-imigração, como por exemplo a greve das refinarias no Reino Unido, até manifestações mais graves como o assassinato, queimado vivo, de Singh, um imigrante indiano em Nettuno (Roma) por cinco rapazes que queriam ‘limpar a cidade’ ou o homicídio com motivações racistas de Chehari Behari Diouf, cidadão de origem senegalesa, residente em Itália há vinte anos. Muitos países tornaram mais severas as restrições relativas à imigração. Talvez o exemplo mais relevante seja o italiano, onde Berlusconi se empenhou publicamente em «cancelar os medos dos cidadãos nacionais e a garantir a sua segurança», anunciando novas medidas contra a imigração ilegal, para «facilitar a expulsão dos indocumentados e confiscar as propriedades que furtaram aos italianos». O crime de imigrar ilegalmente pode levar a uma detenção de quatro anos.

Mas estas estratégias de gestão de crises não se aplicam apenas a cidadãos ilegais e indocumentados. Também aqueles que já obtiveram a legalização são convidados a sair através de programas específicos. Por exemplo, em Espanha uma das principais políticas desenvolvidas pelas autoridades com o intuito de fomentar o retorno voluntário é pagar a totalidade dos subsídios da segurança social àqueles que decidam regressar voluntariamente aos países de proveniência.

Perante estes fenómenos verifica-se, no entanto, uma plasticidade na imaginação e procura de novas formas de sustento por parte dos imigrantes. Recuperam vitalidade muitas das técnicas e estratégias ‘tradicionais’, alimentando o que os Comaroff chamaram de ‘economias ocultas’ (1999), ou seja, o emprego de meios mágicos para enfrentar a falta de recursos materiais e reverter situações adversas. Um imaginário comum a toda a África ocidental sustenta que o sucesso individual se prende com um pacto com determinados espíritos moralmente ambíguos³. Em vez de considerar estas práticas como um ‘retorno às certezas da tradição’, convém considerá-las como técnicas contemporâneas que permitem às pessoas que vivem em contexto diaspórico enfrentar as incertezas da contemporaneidade, as crises globais, as mudanças políticas, através de uma linguagem que lhes é familiar (Comaroff e Comaroff 1993: 15-16).

As crises podem de facto ser globais na origem, mas são vivenciadas ao nível local e individual. Significativamente as economias ocultas usam os idiomas da

³ Um exemplo clássico é o incremento – mesmo entre imigrantes – do culto da entidade Mamy Wata, difundido em toda a costa ocidental da África (e atestados por várias etnografias), sempre com o propósito de obtenção de melhorias económicas. Parece que estas ideias se tornam mais fortes – quer no contexto de origem quer no contexto de acolhimento – nos momentos de maior crise económica. No contexto dos Camarões, por exemplo, as variações de intensidade na crença e na prática deste tipo de economias ocultas, em relação com as variações económicas, sociais e políticas do país, foram também analisados por muitos antropólogos.

contemporaneidade: na linguagem empregue, no simbolismo, nos bens envolvidos, no tipo de negócios estipulados, na redacção de contratos. Estas práticas, por outras palavras, põem o local e o global – considerados aqui como conceitos analíticos e não como realidades empíricas – num jogo dialéctico, apresentando-se como um recurso possível para alterar o estado das coisas.

Também entre os refugiados e requerentes de asilo, sobreviventes do que se pode designar por *trauma*, se encontra uma criatividade surpreendente. Apostados em não dar por desperdiçada a fuga inicial, vão encontrando recursos alternativos à Crise nas margens que o próprio sistema sociopolítico gera: nos trabalhos não declarados que lhes vão abonando as despesas quotidianas e urgentes, nas transferências financeiras pontuais e dissimuladas (através de *Western Union*) enviados por familiares que «conquistaram a verdadeira Europa» para lá da fronteira portuguesa, na recriação de famílias e afectos alternativos àqueles que perderam no local de origem, na reinvenção de práticas religiosas anteriormente desvalorizadas e que lhes conferem agora resiliência e encontro de sentido.

Os refugiados e requerentes de asilo, utilizam a sua força e criatividade para sobreviver e resistir ao discurso e respectivos efeitos da Crise num mundo que lhes é frequentemente hostil. É este saber, alento e experiência para superar resistências que se desperdiça nos meandros institucionais onde a Crise se projecta e que poderia ser valorizada e reincorporada num novo sistema menos escudado na produção de leis que não encontram reflexo pragmático no terreno para os excluídos do sistema. É também nessas margens que reinventam a sua identidade.

Gente crítica: os que ficam

A celebração da mobilidade obscurece a vida e as crises da maioria que fica: os que não alcançam os campos de refugiados e moram nos campos de guerra, os que não são realojados, os que não emigram e ficam dependentes – ou não – das remessas, ou os que ficam, simplesmente, observando e/ ou acolhendo a mobilidade de outros em trabalho ou em lazer. Neste quadro exultante da mobilidade o turismo foi visto como a representação última do «mito capitalista de todos a enriquecermos juntos» (MacCannel 1992: 28 e 29). O investimento no turismo foi incentivado por vários organismos internacionais, dada a conjugação perfeita das suas virtudes desenvolvimentistas de acordo com as novas receitas da sustentabilidade e dos Objectivos do Milénio. Ao longo das *pleasure peripheries* (Turner and Ash 1975) de antigos impérios, muitos *spots* turísticos exibiram-se como idílicos lugares de interconhecimento e interajuda. Esta moralização do turismo (Butcher 2003) estimulou um tráfego convergente, quando não coincidente (turismo solidário, hotéis de favela) de turistas e agentes de desenvolvimento⁴.

⁴ A corrente salvífica do capitalismo foi acompanhada por um crescente humanitarismo (neoassistencialismo) apostado em aplicar a sustentabilidade de propostas de Desenvolvimento que, em décadas anteriores, haviam já anunciado os ecos milenaristas (Ferguson 1997) que a globalização viria, depois, a ressoar. A cultura foi, entretanto, descoberta e propalada como o recurso universal. Na ausência de outro, o património material e (depois) imaterial e a etnicidade tornam-se preciosos bens ubíquos para o

Nas oratórias que acompanham a mercadorização destes lugares e fluxos, estimulados por programas internacionais como o da *Rota dos Escravos* da UNESCO, expõem-se as assimetrias criadas por uma passada e «estranha forma de globalização» e ilumina-se o princípio da Dívida e da Reparação: a exuberância (agora periclitante) económica do capitalismo ocidental deve(-se) ao exílio forçado de milhões de africanos. Mas os descendentes dos escravos que, passados séculos, ‘regressam’ como turistas e/ou cooperantes não transportam nos genes as contingências sociais e económicas ou vestígios culturais dos seus destinos de retorno africanos. A Crise afecta os residentes destes destinos, vitalmente dependentes de indústrias internacionais (transportadoras aéreas, agências de viagem, hotelaria), do consumo transcontinental e de motivações e tendências culturais exógenas. Ela permite que o mal-estar local se resuma no *mal comum*, universal e despersonalizado. A Crise agudiza e, por isso, facilita a denominação de crises locais, absorvendo-as. No entanto, ela obscurece as suas razões e expressões quotidianas e personalizadas, socialmente estratificadas, complexas e politicamente jogadas, encorpadas por traços culturais que não viajaram, que se foram sedimentando ali, no lugar.

A universalização e estandardização do discurso da Crise arriscam reproduzir a linguagem e as panaceias do Desenvolvimento (o *evil twin* da Antropologia, Ferguson 1997) e da ONGeização: a sua resolução é mais técnica (financeira), moral e internacional, do que política e local. A etnografia, ao contextualizar, localizar, posicionar em quadros de relações interpessoais, estorva, frequentemente, reivindicações cosmopolitas (Mosse 2007). Mas no momento da Crise, só as etnografias dos lugares permitem iluminar o modo como ela afecta as pessoas, e as suas crises, em diferentes lugares do mundo. E só essa substância pode, eventualmente, informar mediações pertinentes. De outro modo, a Crise e o discurso da Crise limitar-se-ão a perpetuar «o autónomo impulso do capitalismo milenar (...) de descontextualização, distanciamento do lugar e das suas pressões sócio-morais» (Comaroff e Comaroff 2005:182).

Dois exemplos complementares

O cigano

Há grupos de pessoas que estão permanentemente fora da ordem e que só episodicamente estão fora da crise (Vigh 2008). Que perspectiva oferecem os grupos de famílias ciganas em Portugal sobre o ‘estar na crise’ e as formas como esta é experienciada, gerida, representada e incorporada, considerando justamente as estratégias, as tácticas e as formas de resiliência? Antes de tudo, o que é a Crise para este

combate à pobreza. A cultura entrou no mercado do *low cost* e do assistencialismo. Na ânsia de a capitalizar, passados complexos de encontros culturais conflituosos transformam-se frivolarmente em *multiculturalidade* (um recurso ainda mais valioso), para melhor abrir as portas de centros históricos muralhados e cidadelas ao turismo e à gentrificação. Os subsequentes atropelos sociais são frequentemente negligenciados. Noutros casos, o turismo resultante de novos impulsos diaspóricos, faz despontar verdadeiros *epicentros de identidade*. Sítios como a Ilha de Gorée (Senegal) ou o Castelo da Mina (Gana), antigos entrepostos do tráfego de escravos (originalmente portugueses), convertem-se em lugares de romaria afro-americana. Descendentes de escravos *regressam* para visitar as *Portas sem Retorno*, para procurar geneticamente as suas origens, ou para resgatar os seus pobres e frágeis co-descendentes em missões humanitárias.

grupo de pessoas e o que acham ser a Crise para elas as instituições que delas se ‘ocupam’? O Rendimento de Inserção Social representa o discurso retórico mais utilizado e ritualizado por ambas as partes para descrever a Crise e para, simultaneamente, reforçar o próprio sistema social e ‘apertar’ as malhas do sistema institucional e socio-económico. O enraizamento no local é uma das estratégias utilizadas pelas famílias ciganas para tornar conhecido, explorável e seguro o contexto de experiência e de vida. Perante um ‘contexto de crise’ a instituição responde apresentando um cenário conjuntural, mas ao mesmo tempo global, iminente, duradouro e impessoal, em que o subsídio é anunciado não como medida de apoio vitalícia, mas, bem pelo contrário, como uma medida social para ‘sair’ da Crise, uma vez que o Rendimento irá acabar ou será fortemente reduzido, ainda mais nesta conjuntura económica. Quanto mais duradoura for a Crise mais rápida e cruelmente o subsídio cessará, deixando os seus beneficiários sem recursos económicos, mas também de cidadania e de ‘aptidão’ social. Perante a declaração da Crise as famílias ciganas comentam o ‘acontecimento’ – a crise falada, e confirmam os seus mais concretos e palpáveis efeitos – a diminuição do valor do subsídio ou, em alguns casos, a supressão do mesmo.

O pobre

Em Portugal, a concentração dos realojamentos em áreas monofuncionais e socialmente segregadas é antiga e tem origem em planos e projectos nalguns casos concebidos antes do 25 de Abril. No entanto, os grandes programas de realojamento da década de 90, não só não corrigiram os erros anteriores como, nalguns casos, ainda os agravaram, apesar das análises técnicas mais informadas o desaconselharem vivamente. Só na AML existem actualmente meia dúzia de bairros e conjuntos residenciais maiores em população do que muitas das cidades que constituem o tecido urbano nacional. A má fama é uma marca antiga dos bairros pobres e de realojamento. Já nos anos 80 se chamava ‘Cambodja’ e ‘Vietname’ a várias áreas de habitação degradada e de realojamento da cidade, nomenclaturas que nessa época assinalavam uma real ou suposta violência e perigosidade. Acontecimentos recentes como aqueles que assolaram a Quinta da Fonte e os Terraços da Ponte/Quinta do Mocho (Loures) no Verão de 2008 e os dos Bairro da Bela Vista (Setúbal) e Quinta da Princesa (Seixal), em Maio e Agosto deste ano, devem levar-nos a reflectir sobre a possibilidade de estarmos a assistir a uma nova etapa na estigmatização da pobreza, de acordo com processos que se valem da aglomeração territorial para fazer reflectir sobre populações inteiras as identidades negativas constituídas a partir das suas áreas residenciais. Estes processos de rotulagem e estigmatização têm uma clara base territorial e são fruto da actuação convergente de instituições e agentes externos que, através da sua intervenção directa ou dos discursos públicos que produzem à distância, vão criando ou reforçando as imagens degradadas dos lugares e a vilificação colectiva das populações, condenando-as em função da sua incompetência económica ou da sua origem étnica e racial.

Gente crítica: O trabalhador (e o consumidor)

Como explica um promotor dos mais caros apartamentos do país, a angústia da Crise abre oportunidades: «A crise de certa maneira ajudou, porque nesta altura o que existe é um temor de maus projectos, que não oferecem garantias. Este projecto permite que muitas pessoas com angústia quanto à aplicação de capitais tenham aqui um meio de aplicação garantido, exclusivo e desejável». Mas no outro extremo da gama de bens e serviços, a Crise representa também uma oportunidade, fazendo subir as vendas: o *low cost* é um segmento em expansão em todas as áreas de negócio, desde a distribuição alimentar aos serviços de estética. A nível societal, compensar o fraco e/ou decrescente poder de compra através do *low cost* corresponde à mais completa e definitiva reversão do fordismo. Este assentava na consubstanciação de produtores e consumidores: os sujeitos da produção em massa e do consumo de massas eram os mesmos. Globalizada a economia e deslocizada a produção, quebra-se essa identidade: muito do que consomem os trabalhadores ocidentais é agora produzido fora do Ocidente – e distribuído via *low cost* – e muito do que eles produzem são bens ou serviços ‘de elevado valor acrescentado’, a que não têm acesso. Mas o *low cost* não se limita a permitir a baixa dos salários reais: favorece-a activamente (Collins 2006). Não apenas porque os salários de quem trabalha nesse segmento tendem a sofrer o ‘esmagamento de custos’ que lhe é característico mas também porque vender aos pobres é, evidentemente, tanto mais lucrativo quanto mais pobres houver. Se o *low cost* é condição da subversão do fordismo, a subversão do fordismo não é menos condição do *low cost*. A uma e a outro a Crise favorece, aprofunda, enraíza. O consumo, as formas que toma, tem portanto relações estreitas, diversificadas e complexas com a crise.

Se é verdade que alguns dentre os mais desfavorecidos acabam, sobretudo se estruturalmente fora do mercado de trabalho, por não sofrer ainda mais com a presente conjuntura, não é menos verdade que, como em muitos casos de *lay-off*, por exemplo, a brusca diminuição de um rendimento mensal de escassos 670 euros para 450 constitui um impacto poderoso. Em situação de desemprego, operários fabris em meio rural e semi-urbano retraíram ainda mais o seu já habitualmente contido padrão de consumo (Frade 2003). Observados no mesmo estudo, sujeitos urbanos de classe média revelaram muito maior dificuldade nessa adaptação e, ao mesmo tempo, muito maior propensão para o recurso ao crédito, frequentemente resultando em insolvência. Assim, enquanto a crise dos primeiros se resolve – ou se eterniza – em privado, na renúncia a consumir e na acção amortecedora da silenciosa sociedade-providência, a crise dos segundos é de imediato mais ruidosa, mobiliza a atenção e os recursos devidos a um ‘problema’ público, o sobreendividamento. Do mesmo modo, quando sujeitos de classe média em situação de ruptura financeira mobilizam outros modos de provisão (Warde 1992) que não o mercado (por exemplo, o banco alimentar) para obterem bens associados à necessidade, protegendo outros consumos, revelam a sua capacidade de accionar, perante a crise, mecanismos de transferência de valor. Talvez um pouco abaixo na escala dos rendimentos, os próprios ‘milleuristas’⁵ e a sua crise têm uma visibilidade muito superior àquela que atinge duramente os muito mais numerosos ‘quinhenteuristas’. Diferentes

⁵ Aqueles que auferem salários de cerca de mil euros, na expressão de uma leitora, em carta ao *El País*, 23 de Outubro de 2005.

capitais sociais e culturais proporcionam, então, diferentes modos de lidar com o impacto da crise sobre os consumos.

Aproximar de novo: a Crise, as crises

Sustentámos que nos debates sobre a Crise, o argumento político e económico se dissolve frequentemente no argumento moral. Simultaneamente verificámos que a antropologia se tem confrontado nas duas últimas décadas com o que parece ser um novo terreno, ‘a globalização’. Na abordagem deste fenómeno identificámos dois modos de aproximação: um mais celebratório e um mais crítico, ambos problemáticos. Perante isto, defendemos que se deve pensar etnograficamente: *ver os sujeitos onde eles estão de facto e não onde eles supostamente deveriam estar*. A mesma postura deve ser aplicada à ideia de Crise: *ver como os sujeitos estão de facto e não como eles deveriam estar*. Assim podemos distinguir entre crise-processo e crise-evento. São as ‘gentes críticas’, as margens que iluminam o centro (o migrante, o refugiado, o asilado, os que ficam, os ciganos, os pobres, os trabalhadores/consumidores, entre outros) que precisamos ver onde e como estão na globalização e na crise. A etnografia, ao contextualizar e localizar em quadros de relações interpessoais pode, é certo, estorvar reivindicações cosmopolitas. Mas no momento da Crise declarada, só as etnografias permitem iluminar o modo como ela afecta ou não as pessoas de modos substancialmente novos e diversos. A declaração da Crise obscurece as crises, as suas razões e expressões quotidianas e personalizadas. Para a ‘gente crítica’ a crise é a *vida normal*.

Referências

- BUTCHER, Jim, 2003, *The Moralization of Tourism. Sun, Sand and... Saving the World*. London, New York, Routledge.
- COLLINS, J., 2006, “The opposite of Fordism: Wall-Mart rolls back a regime of accumulation”. Comunicação in *What’s wrong with America?*. Março de 2006, MIT.
- COMAROFF, Jean e COMAROFF, John, 2005, “Millennial Capitalism and the Culture of Neoliberalism”. In Edelman, Marc e Haugerud, Angelique (Eds) *The Anthropology of Development and Globalization. From Classical Political Economy to Contemporary Neoliberalism*. Blackwell, Boston University.
- 2002, “Alien-Nation: Zombies, Immigrants, and Millennial Capitalism”, *The South Atlantic Quarterly*, p. 779-805.
- 2000, “Millennial Capitalism: First Thoughts on a Second Coming”. *Public Culture*, Vol. 12, No. 2: 291-343.
- 1999, “Occult economies and the violence of abstraction: Notes from the South African postcolony”. *American Ethnologist*, 26: 279-301.
- 1993, *Modernity and its Malcontents: Ritual and Power in Africa*. Chicago, University of Chicago Press.

- FERGUSON, James, 2006, *Global Shadows: Africa in the Neoliberal World Order*. Durham, Duke University Press.
- 1999, *The Expectations of Modernity*, Berkeley, California University Press
- 1997, “Anthropology and its evil twin: development in the constitution of a discipline”. In Frederick Cooper and Randall Packard (eds.), *International Development and the Social Sciences*. University of California Press, 1997.
- FRADE, Catarina, 2003, “Desemprego e sobreendividamento dos consumidores. Contornos de uma ligação perigosa”, *Relatório do Observatório do Endividamento dos Consumidores*. CES, Coimbra.
- MacCANNEL, Dean, 1992, *Empty Meeting Grounds: the Tourist Papers*. London, Routledge.
- PINA CABRAL, João de, 1996, “A difusão do limiar: margens, hegemônias e contradições na antropologia contemporânea”. *Mana*, 2 (1). Rio de Janeiro,
- TURNER, L. and Ash, J. 1975, *The Golden Hordes: International Tourism and the Pleasure Periphery*. London, Routledge.
- VIGH, Henrik, 2008, “Crisis and Chronicity: Anthropological Perspectives on Continuous Conflict and Decline” in *Ethos. Journal of Anthropology*, 73, 1:5-24.
- WACQUANT, Loic, 2007 [2001], *Parias urbanos. Marginalidade in la ciudad a comienzos del milenio*. Buenos Aires, Manantial.
- WARDE, A., 1992, “Notes on the relationship between production and consumption”. In Burrows, R. e Marsh, C. (eds.), *Consumption and class: divisions and change*. London and New York, MacMillan: 15-31.